

De fato, conforme se pode depreender dos textos normativos acima, já avançamos bastante. Todavia, é preciso avançarmos também na conscientização individual acerca de toda a problemática atinente ao portador de deficiência, com o intuito de construirmos uma sociedade que respeita as limitações que cada um possui (deficientes ou não) e que é capaz de conviver com as diferenças existentes.

Já em relação à comunidade empresarial, é necessário convencer-se de que a abertura do mercado de trabalho para o deficiente e profissionalizante implica a sua integração à produção e ao consumo, evitando-se a sua marginalização.

Em notas conclusivas, faço minhas as palavras da Dr^a Teresa Costa d'Amaral (Superintendente do Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência), em matéria publicada no Jornal 'O Globo', de 03.09.1999, pág. 7, sob o tema: "Deficientes e o direito ao trabalho", deixando assim consignado que: "*O direito ao trabalho, discutido sob as conotações ideológicas e políticas tradicionais, deve ser encarado como um problema essencialmente de cidadania. Ele nos leva a perceber claramente que a questão social está diretamente ligada à compreensão do relacionamento entre diferença e igualdade, chave da construção da democracia*".

A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE NO PROCESSO DO TRABALHO

Rodrigo Nóbrega Farias (*)

No processo cognitivo ou de conhecimento, o estado atua verificando a efetiva situação jurídica entre as partes, examinando a lide para formular a norma jurídica que deve reger o caso, enquanto no processo de execução busca-se a efetivação de uma situação jurídica já devidamente apurada. Como bem deferencia o mestre José Frederico Marques⁵⁸, o processo de conhecimento é o processo de sentença, enquanto o processo executivo é processo de coação.

Na execução, não há discussão sobre o mérito do litígio, o devedor já é citado para cumprir a obrigação, no prazo e modo estabelecido, como bem estatui a Consolidação das leis do trabalho em seu art. 880, caput.

A sua função primordial é por em prática a situação jurídica prevista no título executivo, em virtude da certeza do direito do credor. Não há, efetivamente, uma decisão de mérito na execução.

⁵⁸ MARQUES, José Frederico: *Manual de direito processual civil*. Campinas. Ed Bookseller, 1997, pp. 197.

Porém, não se pode negar a existência do contraditório no processo executivo, mas de modo bem menos efetivo do que no processo de conhecimento, já que nesta hipótese o direito já se encontra reconhecido num título.

Embora de forma reduzida, o contraditório se reveste como necessário à execução, para a garantia de um processo justo. A maior expressão deste princípio constitucional no processo executivo é a figura dos embargos do devedor.

Os embargos são, na lição do professor Manoel Antônio Teixeira Filho⁵⁹ “a ação do devedor, ajuizada em face do credor, no prazo e formas legais, com o objetivo de extinguir, no todo ou em parte, a execução, desconstituindo, ou não, o título em que esta se funda.”.

(*) Rodrigo Nóbrega Farias é Advogado e mestrando em direito pela UFPE

Mas, os embargos à execução, onde o devedor buscará a extinção no todo ou em parte da obrigação, tem com requisito indispensável à garantia do juízo, através do depósito de quantia expressa no mandado, ou da penhora de bens suficientes ao pagamento da dívida.(CLT, Art. 884)

Portanto, uma interpretação literal deste dispositivo nos levaria à conclusão que toda e qualquer discussão no processo executivo só poderia ser realizada através dos embargos e conseqüentemente depois de efetivada a penhora.

Entretanto, admitirmos que o devedor não pode exercer qualquer tipo de defesa, antes da garantia do juízo, é impor um ônus excessivo para o executado, que deverá dispor de parte de seu patrimônio a fim que possa ter sua pretensão apreciada pelo judiciário, praticamente eliminando o contraditório na execução, e muitas vezes sofrendo prejuízos irreparáveis em virtude da constrição.

Indubitavelmente, sob pena de infringência ao princípio do contraditório, assim como ao art. 620 do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho, temos que admitir meios que possibilitem a defesa do executado, sem que tenha este de dispor do seu patrimônio para ser ouvido, como a exceção de pré-executividade.

A exceção de pré-executividade seria o instrumento adequado que o credor teria para alegar a existência de vícios que afetam o próprio desenvolvimento regular no processo executivo.

⁵⁹ FILHO, Manoel Antonio Teixeira: *Execução no processo do trabalho*. São Paulo. LTR, 1991, pp. 424

Negar ao executado a possibilidade de alertar o juiz quanto à inadmissibilidade da execução seria o mesmo que impor ao executado ônus não jurídico ou impossibilitá-lo de se defender, caso ele não tivesse bens para garantir o juízo.⁶⁰

Ora, os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo teriam de ter sido observados pelo magistrado trabalhista, de ofício, quando do juízo de admissibilidade da execução.

O professor Marcelo Navarro Ribeiro Dantas⁶¹, apoiado na lição de Celso Neves, esclarece a abrangência do conceito de juízo de admissibilidade na execução: “E se sabe que o juízo de admissibilidade não se cinge ao exame do título, mas diz respeito à verificação da presença de pressupostos processuais e condições da ação, aqueles para que se admita a validade da relação processual executória e estas para que possa ser exercida a atividade jus-satisfativa típica da execução”

Assim, se deve o juiz, de ofício, reconhecer as referidas irregularidades, temos que admitir o cabimento da exceção de pré-executividade, alertando sobre os citados vícios, antes da penhora dos bens do devedor.

O mestre Cândido Rangel Dinamarco⁶², critica o posicionamento daqueles que defendem que tais irregularidades somente poderiam ser alegadas em sede de embargos, ao chamar a atenção para o que considera mito dos embargos: “É preciso debelar o mito dos embargos, que leva os juizes a uma atitude de espera, postergando o conhecimento de questões que poderiam e deveriam ter sido levantadas e conhecidas liminarmente, ou talvez condicionado o seu conhecimento à oposição destes.”

Apesar de inexistir em nosso ordenamento jurídico qualquer dispositivo que regule especificamente a exceção de pré-executividade, os nossos tribunais vem pouco a pouco admitindo tal entendimento.

O próprio Superior Tribunal de Justiça (RSTJ, 40/447) se posicionou neste sentido ao decidir : “PROCESSUAL CIVIL - Agravo de Instrumento - Processo de execução - Embargos do devedor - Nulidade - Vício Fundamental - Arguição nos próprios autos da execução - Cabimento - Artigos 267, § 3º; 586; 618, I, do CPC. I - Não se revestindo o título de liquidez, certeza e exigibilidade, constitui-se em nulidade, como vício fundamental; podendo a parte argüi-la, independentemente de embargos do devedor, assim como pode e cumpre ao Juiz declarar, de ofício, a inexistência desses pressupostos formais contemplados na lei processual civil. II - Recurso provido”.

⁶⁰ LACERDA, Galeno: Execução de título extrajudicial e segurança do juízo, in Estudos de direito processual civil em homenagem a Frederico Marques. São Paulo: Saraiva, 1982,p.171

⁶¹ DANTAS, Marcelo Navaro Ribeiro : *Admissibilidade e mérito na execução*. Repro, 22/32

⁶² DINAMARCO, Cândido Rangel: *Execução Civil*. São Paulo. Malheiros, 1994. p.448.

Mas, apesar de plenamente cabível em nosso ordenamento jurídico, a exceção de pré-executividade não pode atuar como substituto da ação de embargos, em que se busca a alegação de todo e qualquer tipo de irregularidade. Somente a matéria ligada à admissibilidade da execução, e portanto conhecível de ofício e a qualquer tempo, poderia ser alegada na objeção.⁶³

Além disso, tais vícios teriam de ser perceptíveis, isto é, seriam apreciados e apurados com a própria inicial, não sendo necessária à dilação probatória. Caso seja necessária a instrução probatória, impondo uma análise mais detalhada do juiz para observar os vícios, inviável a utilização deste instrumento, sob pena de transformar o processo de execução em um processo cognitivo.

No tocante ao cabimento da exceção de pré-executividade no processo trabalhista, apesar de quase não existirem julgados no sentido neste sentido, não há mais dúvida nesta matéria, após a edição da lei nº 9.958/2000 que permitiu a execução do título executivo extrajudicial na justiça do trabalho.

Com efeito, em virtude da referida lei, o art. 876 da CLT passou a vigorar com a seguinte redação :

"Art. 876. As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executados pela forma estabelecida neste Capítulo."

Portando, instituída a execução por título extrajudicial, não cabe mais qualquer discussão quanto ao cabimento da exceção no processo do trabalho, para alegar eventual irregularidade do título, não observada pelo magistrado trabalhista, quando do despacho que admitiu a execução.

O despacho liminar proferido pelo magistrado trabalhista nas execuções por título extrajudicial movidas pelo Ministério Público do Trabalho, ou decorrentes dos acordos provenientes das comissões de conciliação prévia assume agora maior relevância, exigindo grande cautela do Juiz, em virtude dos potenciais efeitos danosos que podem ocasionar no devedor

O fato da objeção de pré-executividade não estar regulada pela Consolidação das leis do Trabalho, não pode servir de justificativa para que o devedor tenha de esperar até a propositura dos embargos para o reconhecimento de vícios que extinguirão a ação executiva, até porque o Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho, no artigo 267, § 3º, permite ao juiz conhecer de ofício a ausência dos pressupostos processuais.

⁶³ WAMBIER, Thereza Arruda Alvim e Luiz Rodrigues: "Sobre a objeção de pré-executividade". Processo de execução e assuntos afins. São Paulo. RT. 1998, pp.410.

O Direito é instrumento para a realização da justiça, a sua finalidade é esta; os formalismos exagerados devem ser rechaçados em prol do fim precípua da ciência do direito,⁶⁴ sendo uma incoerência admitirmos que o devedor sofra prejuízos em virtude de execuções originariamente nulas.

A FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS E A DIGNIDADE DO TRABALHADOR

Wladimir Alcibiades Marinho Falcão Cunha (*)

I – INTRODUÇÃO

Nenhum fenômeno social pode ser objeto de análise se não inquiridas suas raízes históricas.

As manifestações do homem e do homem em sociedade não nascem de forma independente. Ao revés, mostram-se como produto do confronto e entrelaçamento de diversos fatos sociais, que, pouco a pouco, vão promovendo o acabamento e moldura do fenômeno, tal qual é, em determinado espaço e tempo, conhecido.

Esta assertiva é ainda tão mais verdadeira em se tratando do tema presente. Com efeito, este fenômeno denominado pelos teóricos de Flexibilização dos Direitos Trabalhistas, tem seus caracteres remontando ao início do Capitalismo, logo após a invenção das máquinas que possibilitaram a Revolução Industrial e o surgimento do Estado Burguês liberal, e antes mesmo da sistematização e consciência da necessidade de proteção ao trabalhador, consubstanciada pelo Direito do Trabalho.

⁶⁴ ANTUNES, Osvaldo Moreira: “Da exceção de pré-executividade”. Artigo publicado na Jurid Publicações Eletrônicas, 2000.